

**GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO.
'OLHARES' SOBRE ALGUMAS DAS PERSPECTIVAS TEÓRICO-
METODOLÓGICAS QUE INSTITUEM UM NOVO G.E.**

Dagmar E. Estermann Meyer – GEERGE/UFRGS¹

Cláudia Ribeiro – GEISH/FE/UNICAMP²

Paulo Rennes Marçal Ribeiro – NUSEX/UNESP Araraquara³

Introdução

Acreditamos não ser mais necessário enfatizar a importância que as dimensões de gênero e sexualidade adquiriram na teorização social, cultural e política contemporânea. De fato, desde o final dos anos 70 do séc. XX, uma ampla, complexa e profícua produção acadêmica vem ressaltando a impossibilidade de se ignorarem relações de gênero e sexualidade quando se busca analisar e compreender questões sociais e educacionais. Estudiosas/os e pesquisadoras/es de várias nacionalidades e filiações teóricas e disciplinares participaram e continuam participando da construção desses campos, numa perspectiva que focaliza tanto relações de gênero e sexualidade quanto suas importantes articulações com dimensões como raça/etnia, classe, geração, nacionalidade, religião, dentre outras.

Esse movimento que, no plano acadêmico internacional, surgiu com os departamentos de *Women Studies* e que, posteriormente, se ampliou para os *Gender Studies* e para os *Gays's and Lesbian's Studies* multiplicou-se, em muitas instituições, e serviu como impulsionador de uma ampla gama de pesquisas que passou a interrogar, a partir de perspectivas diversas, campos como a educação, a história, o direito, a literatura, a arte, a saúde, a teologia, a política, etc. A expansão no plano internacional, no entanto, não se visibiliza do mesmo modo nos currículos formais de graduação e pós-graduação em educação do País e, apesar dos vários núcleos e grupos de estudo sobre o tema, cadastrados no CNPq, é possível dizer que continua existindo uma lacuna curricular no que diz respeito a essas temáticas e que elas ainda não aparecem, com muito destaque, na pauta dos grandes eventos ou na agenda de revistas importantes da área da educação.

Assim, a constituição de um espaço legítimo e formal para a discussão dessa temática no contexto da ANPED é significativa sob muitos aspectos: delimita um movimento de consolidação acadêmica e política e institui um espaço de encontro e

¹ E-mail: esterman.ez@brturbo.com ; www.ufrgs.br/faced/geerge .

² E-mail: ribeiro@ufla.br

³ E-mail rennes@fclar.unesp.br

discussão que pretende potencializar algumas das características mais importantes desses campos – por exemplo, sua pluralidade teórico-metodológica e temática e a constante autocrítica que, neles, acompanha a produção de conhecimento. O objetivo deste primeiro trabalho encomendado pelo G.E. se inscreve aí: dar início a esse diálogo teórico-metodológico, a partir da apresentação e discussão de perspectivas que alimentam a produção acadêmica em três dos grupos de pesquisa que, hoje, constituem o G.E. que estamos inaugurando na reunião de 2004. E é dessas perspectivas que passamos a tratar, a seguir.

Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sexualidade Humana: perguntas gerando perguntas⁴

O GEISH, fundado em 1992, está vinculado à Faculdade de Educação (FE) da Unicamp/Campinas-SP e integra a área temática *Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte*, que incorpora estudos sobre as diferentes formas de linguagem, arte, cultura, imagens, sons, corpo, movimento, significação, discurso, memória, história, leitura, escrita e literatura considerando-os como modos de produção de conhecimento.

No início, a inquietude do grupo decorria da observação das constantes discriminações e violências simbólicas no espaço da escola referentes às questões de gênero e sexualidade. Suas produções iniciais estavam voltadas para a problematização destas desigualdades procurando refletir, junto com os/as educadores/as, sobre novas possibilidades de intervenções com crianças, adolescentes e famílias. Assim, o GEISH surgiu para pensar a educação sexual na escola e foi conquistando espaços na FE, inclusive espaços físicos, e legitimidade na discussão de um tema tão polêmico quanto a sexualidade humana. Ao longo dessa trajetória permanecia o desafio de buscar referenciais teóricos que elucidassem a complexidade, os matizes e a diversidade desse campo. Neste percurso o grupo adentrou pelas veredas das perspectivas dos estudos culturais e pós-estruturalistas desconstruindo e reinventando o próprio modo de conceber as sexualidades e tem pautado suas pesquisas, considerando as perguntas formuladas e as análises realizadas, em referenciais pós-estruturalistas.

A consciência da historicidade do conceito de “sexualidade” tem levado nossas pesquisas a se inscreverem num quadro que é muito mais o de uma *ars erotica* do que o

⁴ Esta parte do texto foi escrita com a colaboração de Ana Maria Faccioli de Camargo, Elizabete Franco Cruz e Joaquim Brasil Fontes, integrantes do GEISH.

de uma *scientia sexualis* atemporal: no GEISH, a sexualidade (assim como o erotismo e as relações de gênero) tem sido problematizada por meio de reflexões que se inscrevem em linguagens culturais diferenciadas, tendo em vista a diversificação das práticas e discursos em que se produzem possibilidades de subjetivação.

É nesse horizonte que vimos desenvolvendo, a partir dos trabalhos fundadores de Michel Foucault, uma reflexão sobre a erótica greco-romana, na qual se enfatiza todo um setor do discurso amoroso colocado entre parênteses pelo autor de *O uso dos prazeres*: trata-se da vertente poético-literária, na qual o que hoje chamamos de “sexualidade” e “questões de gênero” recebem um tratamento singular, em relação aos textos retóricos, filosóficos e jurídicos trabalhados por Foucault. Dos poemas épicos aos trágicos, e destes às formas líricas, e à iconografia da cerâmica arcaica e clássica, é uma forma surpreendente de Eros que tem emergido desses estudos.

Outra linha de pesquisa dialeticamente articulada com essa procede de uma visada do erotismo em dupla vertente que nos vem colocando instigantes indagações: uma teoria do Eros revolucionário que leva de Marcuse a Deleuze e outra “literária” - no sentido moderno da palavra - que, a partir do interdito, coloca a questão do gozo e de sua relação com a lei. Alguns cursos, seminários e pesquisas têm sido desenvolvidos neste quadro voltado de um lado para a antigüidade greco-romana e, de outro, para o período que vai da queda do Antigo Regime à modernidade.

Assim, com suas produções, o Grupo vem analisando a força que o conteúdo inerente aos discursos da sexualidade contém, considerando que toda relação é uma relação de força e, portanto, uma relação de poder. A proposta interdisciplinar do grupo contempla profissionais de diferentes áreas que trabalham com a sexualidade humana, que estão atentos para quando, como, por quê induzimos, incitamos, desviamos, tornamos mais fáceis ou mais difíceis, produzimos, ampliamos ou limitamos o tema da sexualidade, uma vez que em nossas práticas exercitamos o poder, modelando/disciplinando corpos e mentes, segundo nos ensina Foucault.

Nessa direção o grupo realiza pesquisa, ensino e extensão na perspectiva crítica cultural objetivando realizar reflexões que consideram a diversidade de temas relacionados à sexualidade humana, promovendo diálogos entre profissionais, alunos, alunas, pesquisadores e pesquisadoras. Para isso orienta dissertações e teses no programa de Pós-graduação da FE/UNICAMP; oferece cursos de pós-graduação, especialização, extensão e disciplinas na graduação em pedagogia. Para a divulgação do conhecimento que produz edita a revista *Entretextos/Entresexos*. Nossos diálogos com

vários/as interlocutores/as acontecem em colóquios, seminários, debates, mesas redondas, dentre outras atividades. A interlocução com diferentes profissionais, intra e extra muros da academia, nos faz refletir constantemente sobre nossos objetivos, perguntas e referências na pesquisa, o que inclui: explicitar os diferentes modos pelos quais profissionais que trabalham com a sexualidade humana se constituíram e produziram suas práticas educativas relacionadas ao tema; impulsionar transformações incentivando a busca do relacionar experiências culturais com gênero, sexualidade e práticas educativas; resgatar a história profissional de educadores e educadoras e suas experiências vividas no campo da sexualidade humana; analisar e interpretar como os/as profissionais que trabalham com educação explicitam para si mesmos a apropriação dos textos culturais relacionados à sexualidade humana; contribuir na formação profissional de participantes das investigações sobre sexualidade; promover uma reflexão sobre a própria investigação – quem são os sujeitos investigados, que recursos metodológicos foram utilizados e que categorias de análise foram eleitas.

Nossas investigações pretendem responder algumas perguntas que, permanentemente, estão gerando novas questões e entre elas destacamos: como diferentes profissionais da educação explicitam para si mesmos a sexualidade humana e seu vínculo com o erotismo? Como compõem em suas práticas educativas suas experiências do cotidiano e os conteúdos relacionados à sexualidade humana? Que facilidades ou dificuldades encontram quando realizam este trabalho? Que deslizamentos têm produzido nos planejamentos de suas atividades educativas, em suas aspirações sociais, políticas e culturais e na constituição de seus discursos, ao tratar o tema da sexualidade humana? Como se deu e se dá o diálogo de educadoras e educadores com crianças e adolescentes? Quais são suas concepções de infância e adolescência? Como estas concepções de infância e adolescência e o relacionamento com meninos, meninas e familiares influenciam a vida pessoal e profissional destes educadores e educadoras? Como as concepções e práticas culturais mais especificamente relacionadas à sexualidade (vivências, conteúdos sociais, etc) influenciam a construção do significado que educadores e educadoras atribuem à sua história de vida e história profissional? Como as relações de gênero constituem as identidades de meninos e meninas, homens e mulheres?

Assim, com tantas questões que nos instigam, consideramos que, ao atuar na extensão universitária, quando são criados espaços alternativos de ação, estes podem representar um movimento de transformação, de criatividade, de rompimento de cercos,

estando atentos/as em analisar a constituição dos corpos sexuados, das identidades, das sexualidades, das relações de gênero na dinâmica das interações.

Para isso, o grupo tem estabelecido interfaces com os vários sujeitos sociais e com suas diferentes formas de organização: fóruns de ong's aids, fóruns de educação infantil, movimentos de adolescentes, programa de saúde da família, movimentos homossexuais. Essas interfaces têm sido fundamentadas na perspectiva de que teoria e prática são indissociáveis, não se furtando de seu compromisso com a função social da universidade. O grupo portanto, se engendra nos jogos de poder e saber, produzindo nos micro-espacos do cotidiano, a possibilidade de romper com os binarismos, destruindo evidências e universalidades, assumindo o seu compromisso com as pequenas revoluções diárias, buscando localizar e indicar “nas inércias e coações do presente os pontos fracos, as brechas, as linhas de força; [o intelectual] que sem cessar se desloca, não sabe exatamente onde estará ou o que pensará amanhã, por estar muito atento ao presente e que contribui, no lugar em que está de passagem” (Foucault, in Camargo e Ribeiro, 1999, p. 141).

Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero: modos de ‘ver’ e de ‘fazer’⁵

Mesmo que todas/as nós compartilhemos, hoje, de perspectivas teóricas que problematizam tanto a história pautada nas cronologias lineares e focada em grandes nomes quanto a própria noção de autoria, é difícil pensar e falar do GEERGE, sem conectá-lo à trajetória e à produção acadêmica de Guacira Lopes Louro, não por acaso implicada, também, com a organização do G.E. que se materializa nesta reunião da ANPED. Então, para adotar uma linguagem mais foucaultiana, talvez se possa indicar isso, dizendo que sua trajetória e produção são constitutivas das condições que possibilitaram a introdução e a consolidação de “temáticas feministas” no âmbito do ensino e da formação para a pesquisa, na Faculdade e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, desde meados dos anos 80 do século passado. Tanto o GEERGE quanto a linha de pesquisa *Educação e Relações de Gênero* - criada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, em 2000 - se confundem com essa história que começou agregando, entre 1988 e 1990, uma orientadora e suas

⁵ Esta parte do texto foi escrita com a colaboração de Guacira Lopes Louro e Jane Felipe, também integrantes do GEERGE e da Linha de Pesquisa Educação e Relações de Gênero. As publicações do GEERGE, bem como as pesquisas e atividades de ensino e extensão em andamento, podem ser consultadas em www.ufrgs.br/faced/geerge

orientandas em torno de uma temática – educação e mulher - até então muito pouco visível e valorizada no campo da educação.

As fronteiras que delimitam o que seria o GEERGE – criado em 1990 - e o que seria a linha de pesquisa são muito tênues e imprecisas. Elas, no entanto, deixam de existir quando se trata de delinear as abordagens teórico-metodológicas que dimensionam tanto a produção acadêmica quanto as atividades de ensino e extensão que temos desenvolvido no espaço que se configura com e a partir desta simbiose, desde então.

Como se pode ver, a expressão “gênero” integra e delimita a produção do grupo desde o processo mesmo de sua nomeação. Nesse sentido, a trajetória de estudos e pesquisa que realizamos no GEERGE se inscreve dentro de um movimento que marcou significativamente o campo dos estudos feministas, nacional e internacionalmente, qual seja: o da inserção e adoção do conceito de gênero. No Brasil, e também no GEERGE, este movimento de incorporação do conceito se fez, fundamentalmente, tomando como referência o texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, de Joan Scott (1995), que já é considerado como um clássico na área.

As polêmicas e controvérsias que se seguiram à emergência do conceito voltaram-se, em primeiro plano, para a discussão sobre a pertinência política do uso de um termo que, dentre outras coisas, poderia invisibilizar o sujeito da luta feminista. Para além desses desdobramentos, a percepção de que a incorporação de gênero, na perspectiva proposta por Scott, tinha também importantes implicações teórico-metodológicas foi tomando forma, para nós, ao longo da primeira metade da década de 90 (cf. Louro, 1995).

Foi ficando mais evidente que, dentro da pluralidade e da conflitualidade teórica e política que caracterizam os estudos feministas desde sua emergência, também o termo gênero seria incorporado e (continua sendo) utilizado de maneiras bastante diferentes e conflitantes. Poderíamos, pois, apontar aqui duas grandes vertentes dessa incorporação para caracterizar melhor a produção atual do GEERGE. Por um lado, gênero foi e continua sendo usado como um conceito que se opõe, ou complementa, a noção de sexo biológico e se refere aos comportamentos, atitudes ou traços de personalidade que a(s) cultura(s) inscreve(m) sobre corpos sexuais. Nas perspectivas derivadas dessa abordagem (largamente assumida em estudos, políticas e ações programáticas contemporâneas), a ênfase na construção sócio-cultural do masculino e do feminino não tensionou, de forma substantiva, o pressuposto da existência de uma “natureza”

biológica universalizável do corpo e do sexo. Ou seja, essas vertentes operam com o pressuposto de que o social e a cultura agem sobre uma biologia humana universal que os antecede.

Em outra vertente, o conceito de gênero tem sido usado, sobretudo pelas feministas pós-estruturalistas, para enfatizar que “a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo [e, portanto, também o sexo] aparece” (Nicholson, 2000, p. 9). Com este enfoque, assumido pelo GEERGE, o conceito problematiza tanto noções essencialistas que remetem a modos de ser e de sentir, quanto noções biologicistas de corpo, sexo e sexualidade, e disso resultam importantes mudanças epistemológicas e políticas para quem atua nesses movimentos sociais e campos de estudos (cf. Louro, 1997).

O feminismo pós-estruturalista, aproximando-se de teorizações como as desenvolvidas por Michel Foucault e Jaques Derrida, assume que gênero remete a todas as formas de construção social, cultural e lingüística implicadas com processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade. Dessa perspectiva, operar com o conceito de gênero supõe e demanda: a) assumir que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens são social, cultural e discursivamente construídas e não biologicamente determinadas; b) deslocar o foco de atenção da “mulher dominada, em si” para a relação de poder em que as diferenças e desigualdades são produzidas, vividas e legitimadas; c) explorar o caráter relacional do conceito e considerar que as análises e intervenções empreendidas neste campo de estudos devem tomar como referência, as relações – de poder - e as muitas formas sociais e culturais que, de forma interdependente e inter-relacionada, educam homens e mulheres como “sujeitos de gênero”; d) “rachar” a homogeneidade, a essencialização e a universalidade contidas nos termos mulher, homem, dominação masculina e subordinação feminina, dentre outros, para tornar visíveis os mecanismos e estratégias de poder que instituem e legitimam estas noções; e) explorar a pluralidade, a conflitualidade e a provisoriedade dos processos que delimitam possibilidades de se definir e viver o gênero em cada sociedade e nos diferentes segmentos culturais e sociais (cf. Meyer, 2003).

É exatamente no âmbito destes desdobramentos teórico-metodológicos que nossos estudos passaram a incorporar, de forma crescente e explícita, as dimensões de classe e de sexualidade. Nos últimos anos, estudos referentes a corpo, raça/etnia, geração e

nacionalidade vêm se articulando às dimensões de gênero e sexualidade e esse movimento de conceitos materializa a caminhada teórica que empreendemos desde a segunda metade dos anos 90, quando passamos a articular também, de forma mais explícita, os estudos de gênero com os estudos culturais. Atualmente, convivem no GEERGE e na linha de pesquisa à qual ele se articula, três eixos temáticos, que passo a descrever, brevemente, a seguir.

O eixo temático *gênero, sexualidade e educação*, sob a responsabilidade de Guacira Louro, busca estabelecer articulações entre a recente produção dos estudos feministas, dos estudos gays e lésbicos e da teoria queer com a educação. No enfoque pós-estruturalista que o grupo privilegia, não há pretensão de responder questões “fundamentais”, do tipo “quais as origens da opressão feminina” ou “quais as causas da homossexualidade”; mas sim, conhecer e questionar as formas como a(s) sociedade(s) trata(m) as mulheres e os grupos homossexuais (com especial atenção para as relações de poder que ali circulam, as formas que assumem tais relações e as resistências que são exercidas). O movimento analítico que se propõe vai na direção de desmanchar dicotomias e desconstruir binarismos, incluindo as oposições, supostamente sólidas, entre masculino/feminino, heterossexual/homossexual (cf. Louro, 2004).

Apoiando-se no pressuposto de que o corpo é um construto sócio-cultural e lingüístico, produto e efeito de relações de poder, o eixo temático *políticas de corpo e saúde: gênero, raça/etnia e nacionalidade*, sob responsabilidade de Dagmar E. Meyer, procura deslocar o foco de suas análises: do “corpo em si” para os discursos, processos e relações que possibilitam que sua biologia passe a funcionar como causa e explicação de diferenciações e posicionamentos sociais. Nessa perspectiva, recorrendo também à teorizações da sociologia da saúde e aos estudos sobre risco e vulnerabilidade social, busca compreender e problematizar processos de produção de diferenças e desigualdades sociais que são colocados em ação nas áreas da educação e da saúde para discutir como (e com que efeitos) esses processos atuam quando posicionam mulheres, mães, homens, pais e crianças em torno de eixos como, por exemplo, os de saudável e doente ou normal e patológico ou, ainda, norma e risco (cf. Meyer, 2004).

O eixo temático *infância, gênero e sexualidade*, sob responsabilidade de Jane Felipe, pretende analisar transformações políticas, econômicas, sociais e culturais da infância contemporânea e sua respectiva educação na família, em instituições educativas e em manuais de civilidade, com destaque para a construção de identidades sexuais e de gênero de meninas e meninos. Focaliza, também, o governo de corpos infantis através

do exame de artefatos culturais como literatura infantil, filmes, brinquedos, músicas e espaços pedagógicos problematizando, neles, a erotização dos corpos infantis, remetendo a um processo social que a autora nomeou de “pedofilização” do social e da cultura. O eixo temático tem procurado investir em pesquisas que priorizam a fala das crianças, suas expectativas, opiniões e vivências em torno da construção das identidades de gênero e sexuais (cf. Felipe; Guizzo, 2003).

Para finalizar, nós, do GEERGE, entendemos que essas abordagens teórico-metodológicas dos estudos feministas, dos estudos culturais e dos estudos gays, lésbicos e queer são campos teóricos e políticos que vêm, concretamente, promovendo novas políticas de conhecimento cultural, ou seja: eles transformam o conhecimento e, o que é ainda muito mais significativo, eles redimensionam e ressignificam nossos modos de conhecer. Assim, estudos e objetos de pesquisa como esses em que vimos investindo nos permitem, em última instância, questionar, não apenas o conhecimento, mas, sobretudo, o que “importa” conhecer, como, porque ou para que(m) conhecer. Nessa direção, para além das temáticas ou questões que esses campos trazem para exame, eles podem promover transformações epistemológicas significativas para a educação.

Núcleo de Estudos da Sexualidade – NUSEX

A ausência, na maioria dos cursos de Pedagogia ou nas Licenciaturas, de disciplinas voltadas para o estudo da sexualidade e da educação sexual nos fez refletir sobre as razões de não se falar de sexo para os professores uma vez que a escola é espaço em que questões sexuais afloram cotidianamente.

Partindo do princípio de que sexo também é tema de pesquisa em educação, em fevereiro de 2000, foi instituído na Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus de Araraquara) - o NÚCLEO DE ESTUDOS DA SEXUALIDADE – NUSEX. Ele é um grupo interdisciplinar de pesquisa no campo da sexualidade e da educação sexual, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar e ao Departamento de Psicologia da Educação. Dele participam professores da UNESP e de outras instituições de ensino superior, alunos de pós-graduação e de graduação e graduados, constituindo um grupo interessado no desenvolvimento de pesquisas, troca de experiências, realização de estudos conjuntos e debate de idéias comuns, inclusive com a realização de intercâmbios com grupos temáticos de pesquisa de outras instituições.

Seus integrantes têm, como formação básica, os cursos de graduação em Psicologia, Pedagogia, Ciências Sociais e Terapia Ocupacional, sendo que os que têm

ou cursam pós-graduação continuam vinculados às áreas de origem ou áreas afins a elas. Atualmente temos dezessete projetos de investigação sendo desenvolvidos, desde o nível de iniciação científica até um candidato ao pós-doutorado. Destes, há cinco com bolsas do CNPq, um com bolsa FAPESP e um com bolsa CAPES.

As pesquisas em andamento, assim como as concluídas, se agrupam em torno dos seguintes objetivos: investigar a formação do conhecimento sexual; investigar a constituição do conhecimento sexual popular e a institucionalização dos saberes médico-pedagógicos acerca da sexualidade no Brasil a partir do século XIX; pesquisar a história da educação sexual no Brasil; analisar mudanças de atitudes e preconceitos em relação ao conhecimento sexual; estudar a cultura sexual brasileira e seus contornos; investigar as instâncias sociais responsáveis pela produção e reprodução das culturas sexuais; realizar investigações específicas sobre as atitudes sexuais de jovens e mulheres no Brasil de nossos dias; realizar investigações acerca da implantação de programas de orientação sexual nas escolas nos dias de hoje.

Os métodos de investigação normalmente utilizados no NUSEX, considerando a interdisciplinaridade e a integração entre os temas de vários projetos, são: método histórico, na investigação de eventos do passado; método etnológico, comparando padrões, culturas, modos de vida e diferenças entre grupos.

As técnicas a serem utilizadas voltam-se para: pesquisa bibliográfica, destacando nesta vertente a pesquisa de fontes primárias; pesquisa documental; técnicas verbais; observação, questionários, entrevistas; representações sociais; estudo de caso; análise do discurso; análise de conteúdo.

O primeiro eixo norteador das pesquisas do NUSEX refere-se à história da sexualidade e da educação sexual no Brasil. Nunes e Silva (1999, p. 172) comentam sobre a “necessidade de estudos que resgatem algumas perspectivas sobre a história da educação sexual e sobre as tentativas históricas de institucionalizá-la. (...) A educação sexual no Brasil não conta com uma historiografia bem explicitada”.

Estudar, pois, as teses das faculdades de medicina do século XIX, e autores, documentos e obras das primeiras décadas do séc. XX, é essencial para se entender a constituição do conhecimento sexual no Brasil, a institucionalização do saber médico e educacional para questões sexuais e a difusão das idéias que influenciaram conceitos, comportamentos e atitudes por gerações, contribuindo inclusive, para a solidificação de uma “cultura sexual” (Parker, 1991) no Brasil. Os projetos “históricos” tomam como fundamentação teórica autores/as como Freyre (1958, 1968, 2004), Cândido (1951),

Buarque (1994), Prado Júnior (1933, 1942), Novais (1997) e Tobias (1987), que fornecem os elementos que ajudam a compreender a formação histórico-cultural do povo brasileiro.

O segundo eixo norteador das pesquisas é a sexualidade enquanto tema da educação escolar, e estes projetos se voltam para a análise de programas de intervenção nas instituições de ensino, para a apresentação de propostas de orientação sexual na escola e para o desenvolvimento de investigações específicas sobre atitudes sexuais dos jovens, considerando a escola como espaço aglutinador de variadas manifestações de comportamentos e valores sexuais. Gimenes e Ribeiro (2002, p. 63) afirmam que “a escola é um espaço para o sexual, seja pela própria manifestação da sexualidade no corpo, no cotidiano e nas atitudes dos adolescentes em geral, seja pelo fato de ser um ponto de encontro para o estabelecimento de relacionamentos, sexuais ou não” e isso “torna a escola ideal para a investigação das representações simbólicas dos adolescentes”.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2000), com os temas transversais, ainda que com as devidas críticas, destacaram a sexualidade e a orientação sexual como temática relevante para discussão nos estabelecimentos de ensino. Podemos considerar que foi o primeiro reconhecimento oficial, de porte nacional, da necessidade de implantar programas de orientação sexual nas escolas nos dias de hoje, fato que gerou o desenvolvimento de vários trabalhos acadêmicos.

O NUSEX utiliza o termo orientação sexual para as intervenções com tempo e objetivo limitados, institucionalizadas, sistematizadas, organizadas e localizadas, com a participação de profissionais treinados para trabalhar com as questões envolvendo sexo, enquanto considera que a educação sexual refere-se ao processo sócio-cultural de transmissão de valores, normas e regras desde o nascimento que, de uma forma ou de outra, direciona os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação da sexualidade. Esta educação é dada indiscriminadamente na família, na escola, no grupo social, com amigos, pelos meios de comunicação (Ribeiro, 1990).

Este segundo agrupamento de projetos fundamenta-se, basicamente, na psicanálise (Freud, 1973), notadamente nos trabalhos desenvolvidos pelos psicólogos. Porém, também autores atuais que têm se dedicado a reflexões sobre sexualidade nas Ciências Humanas têm fornecido importantes subsídios norteadores para vários desses projetos, constituindo importantes pontos de apoio. Falo de Heilborn (1999), Loyola (1998,) Parker (1991), Brown (1990) e Foucault (1979, 1984, 1985). Da mesma forma, autores

que têm trabalhado com a questão da educação sexual (Guimarães, 1995; Barroso e Bruschini, 1982; Goldberg, 1981; Louro, 1997 e 1999; Nunes e Silva, 2000 e Werebe, 1977 e 1999), mostrando a necessidade de se realizar estudos que dêem subsídios para a implantação de programas de orientação sexual, também são utilizados nas pesquisas que têm como foco a educação escolar.

O que o NUSEX não tem, enquanto grupo de pesquisa, é uma única linha teórica subsidiando os projetos. Não o consideramos, todavia, um grupo eclético, mas integrador, e isto se deve ao fato de seus integrantes considerarem que os estudos sobre sexualidade se articulam na interface entre a Educação, a Medicina, a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia e a História. Em decorrência da amplitude de desdobramentos disciplinares que o estudo da sexualidade e do comportamento sexual necessita para sua compreensão é que várias áreas acabam sendo envolvidas, dando a este campo o desejado e necessário enfoque interdisciplinar.

Duarte (1999, p. 23) propõe que “o sentido e o papel da sexualidade entre nós devem ser compreendidos num universo maior de significação (...) numa articulação entre os fenômenos ligados à sexualidade, à sensualidade e à sensibilidade”, que vemos ser possível atingir apenas em um enfoque interdisciplinar.

Fechamentos provisórios para um texto em movimento

Nossa pretensão com este texto era, fundamentalmente, dar início ao processo de tornar visíveis algumas das abordagens teórico-metodológicas que “habitam” o G. E. Gênero, Sexualidade e Educação que estamos constituindo como espaço de encontros, debates e aprendizagens, nesta reunião da ANPED. Nessa direção, a pluralidade teórica e temática que se desenha neste “início de conversa” aponta, justamente, para algumas das mais produtivas e desafiadoras características dos estudos que envolvem a discussão de gênero e sexualidade e que têm possibilitado a quem atua nestes campos tanto a formulação de novas perguntas quanto a reformulação de outras, que nem são tão novas, instituindo e ampliando debates que são, no mínimo, instigantes e necessários.

Assim, os modos de ver – ler – fazer o mundo em que vivemos, nas perspectivas assumidas pelos grupos de pesquisa aqui representados reiteram, nas suas diferenças, a importância de se questionar o quanto, e como, conhecimentos e práticas educativas estão implicadas com a produção de masculinidades, feminilidades, adolescências, infâncias, sexualidades; de perguntar-se de que forma estes conhecimentos descrevem e hierarquizam sujeitos produzindo ou reforçando exclusões e desigualdades de gênero e

sexualidade; de se problematizar o que pensamos, ensinamos e fazemos; de se compreender os modos como aprendemos a pensar o que pensamos e a fazer o que fazemos bem como os sentidos que os/as estudantes atribuem ao que ensinamos a (e fazemos com) eles/as. Sugerem, também, que aquilo que não é dito, não é feito e, às vezes não pode, ou não consegue sequer ser pensado em determinados “espaços” (teóricos, políticos, institucionais) precisa, também, ser problematizado.

Algumas dificuldades se colocam a partir dessas discussões. Da problematização sobre as relações de poder imbricadas na produção de identidades/diferenças ou da celebração das diferenças, por exemplo, emergem novos dilemas para os movimentos sociais em todos os campos de atuação: como estruturar lutas em que o re-conhecimento de diferenças não obscureça o sofrimento, a opressão ou a exclusão a que elas geralmente estão associadas? Como falar de capacidades, de modos de ser e de viver e de habilidades diversas, sem cair na vala conservadora que produz, reforça e mantém posições que constituem “o outro” não só como diferente mas, sobretudo, como inferior ao “nós”? Como enfatizar diferenças sem “ressuscitar” essências inatas e universais?

Guacira Louro (1997) argumenta que uma das coisas que é preciso ter em mente quando nos metemos nesta discussão, é que o reconhecimento de que há uma amplitude de divisões sociais, provoca lutas e solidariedades bastante distintas e muito instáveis e provisórias. O mesmo sujeito pode viver situações de subordinação e dominação, ou, simultaneamente várias condições de subordinação e dominação. Aceitar isso não implica desconsiderar que alguns grupos, como os de mulheres, negros e homossexuais, por exemplo, tenham vivido histórias mais longas, mais dolorosas e mais persistentes de subordinação do que outros grupos sociais. Significa considerar que dominações e subordinações não se somam de forma linear e ascendente, que elas se combinam de formas especiais e particulares e que precisam ser tratadas e questionadas em sua especificidade. E essa é uma das grandes dificuldades que temos tido, na atualidade, para nos reorganizarmos politicamente, nos movimentos sociais. Como costurar solidariedades que sustentem reivindicações por maior justiça social ou que problematizem e denunciem desigualdades e exclusões, sem que os marcadores sociais que nos unem, reforcem ou neguem aqueles que nos separam? Esta é, certamente, uma das importantes aprendizagens que precisamos fazer nesta virada de século, sobretudo numa área tão estratégica e disputada em todos os discursos políticos quanto esta da educação.

Ao fim e ao cabo, o que estes referenciais teórico-metodológicos apontam é que, quando nos dispomos a discutir a produção de diferenças e de desigualdades de gênero e de sexualidade, também estamos, ou deveríamos estar, de algum modo, fazendo uma analítica de processos sociais mais amplos que marcam e discriminam sujeitos como diferentes, tanto em função de seu corpo e de seu sexo quanto em função de articulações de gênero e sexualidade com raça, classe social, religião, aparência física, nacionalidade, etc. E isso demanda tanto a ampliação e complexificação das análises que precisamos desenvolver quanto uma re-avaliação profunda das intervenções sociais e políticas que devemos, ou podemos, fazer. Uma tarefa que pode se tornar mais profícua e prazerosa quando apoiada e alimentada por redes como este G.E.

Referências bibliográficas.

1. BARROSO Carmem.; BRUSCHINI, Cristina. *Educação sexual: debate aberto*. Petrópolis: Vozes, 1982.
2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual*. Rio de Janeiro: D & PA, 2000.
3. BROWN, Peter. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
4. BUARQUE, Sergio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
5. CAMARGO, Ana.Maria.F.; RIBEIRO, Claudia. *Sexualidade(s) e Infância(s)*. A sexualidade como tema transversal. São Paulo: Moderna, Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.
6. CANDIDO, Antonio. The brazilian family. IN: Smith, T. & Marchant, A. *Brazil: portrait of half a continent*. New York: Drydam Press, 1951, p. 291 – 312.
7. DUARTE, Luiz F. O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. IN: Heilborn, Maria. Luiza. (org.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 21-30.
8. FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. *Revista Pro-Posições* (Universidade Estadual de Campinas), v. 14, n. 3, set./dez. 2003, p. 119 – 132.

9. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. I) a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
10. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. II) o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
11. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. III) o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
12. FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Madrid: Editorial Nueva, 1973.
13. FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, 2 volumes.
14. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo: Global, 2004.
15. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, 2 volumes.
16. GIMENES, Valéria C.; RIBEIRO, Paulo R. M.. Notas de um estudo sobre o discurso de um grupo feminino de adolescentes acerca de suas concepções e vivências sexuais. In: RIBEIRO, Paulo. R. M. *Sexualidade e educação sexual: apontamentos para uma reflexão*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Araraquara: Laboratório Editorial da FCL, 2002, p. 39-68.
17. GOLDBERG, Maria. Amélia A. *Educação sexual: uma proposta, um desafio*. São Paulo: Ed. Aruanda, 1981.
18. GUIMARÃES, Isaura. *Educação sexual na escola: mito e realidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
19. HEILBORN, Maria Luiza. L. (org.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
20. LOURO, Guacira L. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. *Revista Educação & Realidade*, v.20, n. 2, 1995, p. 101 – 132.
21. LOURO, Guacira. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma abordagem pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
22. LOURO, Guacira. L. (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
23. LOURO, Guacira. L. *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

24. LOYOLA, Maria Andrea (org.) *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
25. MEYER, Dagmar. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes.;NECKEL, Jane. Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.) *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 9-27.
26. MEYER, Dagmar. Teorias e políticas de gênero: fragmentos de histórias e desafios atuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 57, n. 1, 2004 (no prelo).
27. NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2 2000, p. 9 – 42.
28. NOVAIS, Fernando A. (coord.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 4 volumes.
29. NUNES, César; SILVA, Edna. *A educação sexual da criança*. Campinas: Autores Associados, 2000.
30. NUNES, César; SILVA, Edna. Sexualidade e educação: elementos teóricos e marcos historiográficos da educação sexual no Brasil. In: LOMBARDI, José C. (org.) *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas: Autores Associados, 1999, p. 161-175.
31. PARKER, Richard. G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bestseller, 1991.
32. PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1933.
33. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins Editora, 1942.
34. RIBEIRO, Paulo. R. M. *Educação sexual além da informação*. São Paulo: E. P. U., 1990.
35. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, 1995, p. 71 – 100.
36. TOBIAS, J. A. *História das idéias no Brasil*. São Paulo: E.P.U., 1987.
37. WEREBE, Maria José. *A educação sexual na escola*. Lisboa: Moraes E, 1977.
38. WEREBE, Maria José. *Sexualidade, política e educação*. Campinas: Autores Associados, 1999.